

Editorial

CASOS DE
POLÍCIA

A proximidade das chuvas já permite que sejam contados os incêndios havidos no Estado desde o início do ano. De janeiro a setembro, o número de queimadas bateu um recorde. Registraram-se mais de 5.400 incêndios – número maior do que o havido em 2003, até então o ano mais crítico, com mais de 3.700 queimadas.

A temperatura alta e o clima seco contribuíram para que isso acontecesse. A reportagem de **O TEMPO** esteve na serra da Canastra, na região Centro-Oeste, e verificou que mais da metade da área – que comporta duas cidades de Belo Horizonte – foi queimada só em agosto. A região foi transformada em cinzas.

Essa realidade é também a de outras partes do Estado, consagrado pela diversidade de biomas e pela abundância de água. Na época da estiagem, os incêndios se generalizam. Apesar das campanhas de esclarecimento, ainda persiste a cultura de que as queimadas são necessárias para revitalizar a vegetação.

Está provado que essa crença é equivocada e que, ao contrário, no longo prazo, provoca o empobrecimento do solo e altera o meio ambiente. E os prejuízos imediatos não atingem apenas a flora, mas também a fauna. O homem não tem consciência da importância da biodiversidade para a sua própria sobrevivência.

Mudar essa cultura, que remonta a tempos ancestrais, quando o fogo era instrumento de purificação, vai demandar ainda tempo. Antigamente, não se faziam registros. O monitoramento só começou em 1995. Hoje, a tecnologia aponta todos os focos. Por isso, é preciso cuidar tanto da prevenção como da repressão.

A maior parte dos incêndios florestais é criminosa. Não existe possibilidade de haver combustão espontânea. O homem sabe que é ilegal, mas faz. Para isso, contribui a impunidade. Em virtude da extensão territorial do país, o Estado não tem condições de fazer uma fiscalização efetiva e eficiente.

Os incêndios florestais precisam começar a ser tratados como o que são verdadeiramente: casos de polícia.

SEMPRE EDITORA LTDA

FUNDADOR	Vittorio Medioli
PRESIDENTE	Laura Medioli
VICE-PRESIDENTE	Luiz Alberto de Castro Tito
DIRETOR EXECUTIVO	Teodomiro Braga
DIRETOR FINANCEIRO	Marcos de Oliveira e Souza
GERENTE COMERCIAL	EDITORA EXECUTIVA
Leandro Figueiredo	Lúcia Castro
GERENTE DE TECNOLOGIA	SECRETÁRIA DE REDAÇÃO
Fábio A. Santos	Michele Borges da Costa
GERENTE INDUSTRIAL	ADJUNTA DA SECRETARIA DE REDAÇÃO
Guilherme Reis	Aline de Almeida Reskalla
GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	EDITORES
Walmir Prado	Primeira Página: Robert Wagner
GERENTE DE MARKETING	Opinião: Victor de Almeida
Alessandra Soares	Economia: Karlton Aredes
GERENTE DE CIRCULAÇÃO	Política: Carla Kreefft
Isabel Santos	Magazine: Silvana Mascagna
	Brasil/Mundo: Carla Chein
	Esportes: Denner Taylor
	Cidades: Carla Alves

O.PINIÃO

Duke



www.dukechargista.com.br



FÁTIMA OLIVEIRA

Médica

fatimaoliveira@ig.com.br

Votar e ser votada são legados
do movimento sufragista

Aqui, foi um eco de campanhas no mundo desde os 1700

Há possibilidades palpáveis de elegermos em 2010 a primeira presidenta do Brasil, 78 anos após o direito ao voto feminino. Do lado de cá, das a pé do poder, nós, as eleitoras de senso crítico apurado quanto às perspectivas de gênero e feminista, sabemos que não basta ser mulher para ser caudatária dos nossos direitos: há de ter os predicados dos compromissos viscerais com as liberdades democráticas e a laicidade do Estado. Logo, sabemos exatamente a quem sufragar para que o Brasil possa continuar abrindo veredas da igualdade.

Enquanto escrevo não resisto e abro a minha bolsa, pego meu título eleitoral e não contendo as emoções... Mais uma vez, digo aos meus botões que não errei ao dedicar parte substancial de minha vida sensibilizando novas gerações de mulheres para a compreensão de que o título de eleitora é um documento que nos dá voz e voto para definir os destinos da nação e que ao lado do direito à educação, em uníssono, são nossos passos para a liberdade, nas esferas pública e privada. O contexto exige rememorar a história do voto feminino, que aqui foi um eco de campanhas sufragistas no mundo desde o século XVIII e a reivindicação também foi recebida com desdém e preconceito.

É paradigmática a correspondência entre Abigail Adams e John Quince Adams (1735-1826), líder da guerra da independência, segundo presidente dos Estados Unidos (1797-1801), quando da elaboração da Declaração da Independência (1776), cujo primeiro ponto era: “Todos os homens foram criados iguais”. Abigail, certa de que a palavra homem não incluía as mulheres, aler-

tu: “Espero que no novo Código de Leis vocês se lembrem das mulheres e sejam mais generosos que os seus antepassados (...); se não for dada especial atenção às mulheres, estamos resolvidas a nos rebelar e não nos consideraremos obrigadas a cumprir leis diante das quais não temos voz e nem representação”.

John, marido de Abigail, respondeu: “Quanto ao seu extraordinário Código de Leis, eu só posso rir. Nossa luta, na verdade, afrouxou os laços de autoridade em nosso país. Crianças e aprendi-

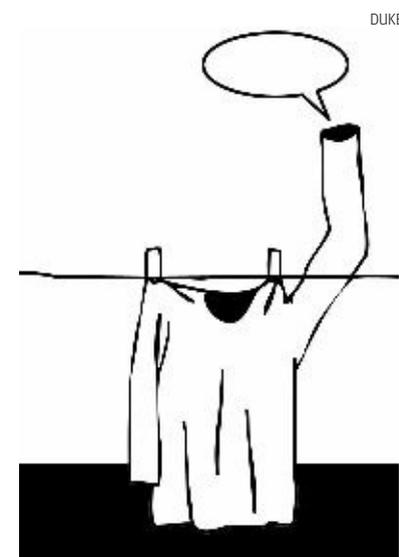
As brasileiras só em 1932 conquistaram o direito de voto, após um século de pelegas. Desde então temos voto, voz e agora, quem sabe, uma presidenta

zes desobedecem; escolas e universidades se rebelam; índios afrontam seus guardiães e negros se tornam insolentes com seus senhores. Mas a sua carta é a primeira intimação de outra tribo, mais numerosa e mais poderosa do que todos esses descontentes (...). Esteja certa, nós somos suficientemente lúcidos para não abrir mão do nosso sistema masculino”.

A carta de Abigail é tida como a semente do movimento sufragista dos EUA, onde as adeptas eram descritas como “divorciadas, sem filhos ou solteironas”. Eram comuns as agressões com frutas e ovos podres e insultos na im-

prensa. Um encontro sufragista em Nova York (1848) foi taxado de “a convenção das galinhas”. A partir da Convenção de Ohio (1851), a ideia do voto feminino ganhou o mundo e as norte-americanas o conquistaram em 1920.

A sufragista inglesa Emmeline (1858-1928) e sua filha Christabel Pankhurst (1880-1958) foram presas inúmeras vezes e consideradas terroristas. Em 4.6.1913, Emily Wilding Davison morreu ao se jogar, gritando “Voto para as mulheres”, na frente do cavalo Anmer, do rei George V. Na lápide de seu túmulo está escrito: “Ações, não palavras”. Porém as inglesas só em 1928 conquistaram o direito ao voto. E as brasileiras em 1932, após um século de pelegas dolorosas e memoráveis. Desde então temos voto, voz e agora, quem sabe, uma presidenta, a primeira, 78 anos depois. A mim basta que ela saiba honrar nossa história de lutas.



DUKE